

revista

RET-SUS

Rede de Escolas Técnicas do SUS

Ano IX - Nº. 72 - maio/junho 2015



Mala Direta
Básica

99123401952013-DRRJ
Fiocruz

Correios

3º Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica

Evento traz à tona a expansão do campo e realça um discurso mercadológico que tem como pontos centrais a inovação e o empreendedorismo.



sumário

- 2 ■ especial
Dilemas da participação social em ano de conferência de saúde
- 4 ■ em rede
A diversidade do trabalho docente que desafia
- 10 ■ capa
Consensos e dissensos da Educação Profissional e Tecnológica
- 22 ■ trajetórias
De manicure a técnica em análises clínicas
- 28 ■ aconteceu
Um giro pelas escolas do Pará, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Piauí, Santa Catarina, Maranhão e Rondônia.
- 28 ■ panorama
Indígenas vivenciam uma verdadeira epidemia de mortes autoinfligidas

Educar ou empreender

Diversidade, Cidadania e Inovação foi o tema do 3º Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT), realizado de 26 a 29 de maio, em Pernambuco. Mas foi a inovação – traduzida como empreendedorismo – que se destacou em vários momentos. A matéria de capa da Revista RET-SUS deste bimestre traz a cobertura do evento que reuniu mais de 20 mil estudantes e profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, com destaque para as críticas a um modelo pautado no mercado e os protestos contra os cortes no orçamento da Educação.

‘Rumo à 15ª CNS’ é o selo que inauguramos na seção ‘Especial’ da edição nº 72 da Revista da RET-SUS, em vista da 15ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), a realizar-se de 1º a 4 de dezembro deste ano, em Brasília. A matéria traz a cobertura de uma das etapas que antecipam esse grande encontro da sociedade que irá discutir os rumos da Saúde Pública brasileira. Trata-se da 12ª Conferência Distrital de Saúde da AP 3.1, realizada entre os dias 7 e 9 de maio, no Rio de Janeiro.

Na seção ‘Em Rede’, os recursos utilizados pelas ETSUS para a seleção de seus docentes em meio a demandas de formações que são diversas e flexíveis. Na maioria dos casos, face à ausência de uma regulação da atividade docente por servidor público, os professores dos diversos cursos ofertados pelas ETSUS são contratados por meio de chamadas públicas ou banco de currículos.

Em ‘Trajetória’, o caminho percorrido por Marisa Andrade, uma ex-manicure e, hoje, técnica em análises clínicas pela ETSUS Acre. Ela conta que não teve dúvidas quanto a sua escolha profissional, que a habilitou a atuar em laboratórios e postos de coleta, a coletar e manipular amostras biológicas e produtos químicos e a executar exames laboratoriais.

Em ‘Aconteceu’, um giro pela EPSJV (RJ), ETSUS Piauí, Efos (SC), ETSUS Rondônia, ETSUS Pará, ETSUS Maranhão, ETSUS Sergipe e ESP-MG. Por fim, em ‘Panorama’, os altos índices de mortes autoinflingidas entre os indígenas brasileiros. Soamente no estado do Amazonas, onde a população indígena representa 4,9% da população total, 20,9% dos suicídios ocorrem entre eles, o que nos faz afirmar a necessidade de políticas públicas para essa população.

Boa leitura!

Conselho Editorial da RET-SUS

expediente

Ano IX - nº 72 - maio/junho de 2015
Revista RET-SUS
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil
ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

Aldiney José Doreto (Deges/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O´Dwyer** (Conass); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (Conasems); **Felix Rigoli** (Opas/OMS); **A definir** (ETSUS Região Norte); **Maria José Camarão** (ETSUS Região Nordeste); **Evelyn Ana Cafure** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Laura Aparecida Chistiano Santucci** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

Tiragem 11.000 exemplares . **Impressão:** Walprint Gráfica e Editora

Endereço

Secretaria de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Mangueiras . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria Geral

Katia Machado

Reportagem e redação

Ana Paula Evangelista, Flavia Lima e Katia Machado

Projeto Gráfico e Diagramação

Mário Carestiatto

Capa

Mário Carestiatto

Assistente de Gestão

Fernanda Martins

Periodicidade

Bimestral



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



Conferência
Distrital de
Saúde, no Rio,
defende um
sistema sob a
gestão pública e
direta do Estado.

Dilemas da participação social em ano de conferência de saúde

Rumo à 15ª CNS



especial

Ana Paula Evangelista e Flávia Lima

Pedra de toque da comunicação, como assim definem Inesita Araújo e Janine Cardoso, pesquisadoras do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz), no livro *Comunicação e Saúde*, onde discorrem sobre os princípios do SUS e o campo da comunicação, a participação social é ponto essencial, especialmente no ano da Conferência Nacional de Saúde (CNS), ampliando as vozes mais periféricas para além dos conselhos. A mobilização da sociedade em torno da 15ª CNS, a realizar-se entre 1º e 4 de dezembro, em Brasília, começa com as etapas distritais, municipais e estaduais, por serem fundamentais para o amadurecimento das propostas que visam o fortalecimento do SUS.

No Rio de Janeiro, a participação destacou-se com a 12ª Conferência Distrital de Saúde da Área Programática (AP) 3.1 — que envolve os bairros de Bonsucesso, Brás de Pina, Complexo do Alemão, Cordovil, Ilha do Governador, Jardim América, Manguinhos, Maré, Olaria, Parada de Lucas, Penha Circular, Penha, Ramos e Vigário Geral —, entre os dias 7 e 9 de maio. A etapa reuniu diversos segmentos da sociedade civil organizada e autoridades públicas para avaliar a situação da saúde, formular diretrizes e definir propostas, visando alcançar a otimização do acesso com qualidade para a região.

Localizada no território de Manguinhos, a sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) teve participação ativa neste processo. Somente a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade da Fiocruz e integrante da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), contou com dez representantes no evento — todos convidados. Eles integraram um grupo de 28 trabalhadores, estudantes e moradores da região, responsável, também, pela construção de um documento (veja no site da RET-SUS)



com propostas que recuperam o ideário da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) e o direito a todos à saúde garantido pela Constituição Federal de 1988.

■ Determinação social

O documento traz orientações para atuar nas condições e determinações sociais, econômicas e políticas que afetam a saúde e a qualidade de vida das populações. Defende um SUS público, universal, de qualidade e sob a gestão pública e direta do Estado, no regime de direito público, e um modelo de cuidado de base territorial, com porta de entrada prioritária na Atenção Primária, com desenvolvimento pelas linhas de cuidado por meio de rede que integrem as ações de saúde nos territórios com as ações das esferas municipais, estaduais e federais do SUS.

Em suma, combate os modelos privatizantes de gestão na saúde, como as Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as Fundações Estatais de Direito Privado, as fundações de apoio das universidades e entidades de Ciência e Tecnologia e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e defende a implantação da Reforma Psiquiátrica, com ampliação e fortalecimento da rede de atenção psicossocial, a ampliação do controle social, com autonomia e independência perante à gestão.

O texto expressa os anseios da maioria dos participantes da Conferência Distrital. Os delegados e convidados criticaram, por exemplo, a avaliação feita pelo secretário de saúde do município do Rio de Janeiro, Daniel Soranz, que atribui o avanço da Atenção Básica à atuação das OSs no município, ao participar da mesa de abertura da Conferência Distrital de Saúde, trazendo alguns dados sobre o avanço da cobertura da Atenção Básica na cidade e a meta de alcançar em 70% de cobertura da Saúde da Família como legado das Olimpíadas Rio 2016.

Gilberto Reis, coordenador do Núcleo de Ações e Estudos de Comunicação e Saúde em Espaços Coletivos, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz) — vizinha à EPSJV —, e delegado eleito como representante do segmento de profissionais de saúde na Conferência Distrital, é um dos que observam que as OSs se expandem como um modelo privatista de gestão da saúde e na contramão da ideia de público. “Cada vez mais, os trabalhadores terceirizados do SUS são submetidos a condições e contratos de trabalho autoritários, produtivistas e precarizados”, criticou.

Segundo ele, algumas OSs fazem, inclusive, cortes de investimento e de pessoal. “Estamos diante de um panorama que exige reflexão, mobilização e atitude. Precisamos continuar coerentes com nosso compromisso

histórico com a 8ª CNS e a Reforma Sanitária e, principalmente, com os princípios da universalidade, equidade, integralidade e participação social, para garantir uma saúde pública de qualidade”, orientou.

Reis chamou atenção para a necessidade de renovação dos espaços de discussão, na busca de um efetivo controle social e, também, de mais criticidade ao modelo capitalista, cujo foco é a privatização do setor público.

■ Menos burocracia

O grupo de Manginhos alerta para o problema da burocratização das conferências e dos conselhos. Um dos representantes da EPSJV na Conferência Distrital, o coordenador da Cooperação Internacional da unidade da Fiocruz, Geandro Ferreira Pinheiro, observa que os espaços de participação social estão muito limitados, pois só permitem a participação de grupos com CNPJ. “Apesar da orientação de se ter novos formatos de participação, os municípios e os estados se apropriam disso da maneira que querem. Se a Conferência Estadual do Rio de Janeiro fosse acontecer hoje, por exemplo, seria completamente fechada e vedada a outros grupos”, criticou.

Ele defendeu que instituições que interferem na saúde, como escolas técnicas ou escolas de saúde pública, a exemplo da EPSJV, sejam consideradas “unidades de saúde” para efeitos de participação nos conselhos e conferências — apenas as unidades assistenciais podem ter representatividade nessas instâncias. “A EPSJV e a Fiocruz foram extremamente importantes na Reforma Sanitária, na 8ª CNS e na criação do SUS, mas esse entusiasmo foi perdido, saiu do campo popular e se aproximou do campo da institucionalidade”, avaliou.

Geandro revelou que, para não deixar morrer esse movimento de inserção na 15ª CNS, o grupo do qual a Fiocruz participa já começou a se organizar para as próximas etapas. “Vamos continuar essa articulação na Fiocruz e na própria escola [EPSJV], buscando ampliar essa discussão. Estamos nos programando para realizar uma conferência local e incorporar propostas para levar para municipal e mostrar o que está em jogo”, anunciou.

O representante da EPSJV atentou, ainda, para a necessidade de um olhar específico para o que determina os problemas da região. “Os problemas não são somente na saúde, mas também na forma de entender o estado e a proteção social. Os principais problemas de modelo de cuidado estão vinculados à contratação e à fixação de profissional. Precisamos valorizar o trabalhador, ter um plano de carreira”, defendeu. ■

Chamadas públicas e bancos de currículos são recursos utilizados pelas ETSUS para a seleção de seus profissionais.

A diversidade do trabalho docente que desafia

em rede

Ana Paula Evangelista

Além da descentralização de sua atividade fim, as 40 instituições que integram a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) têm como peculiaridade a forma de contratação dos professores. Na maioria dos casos, face à ausência de uma regulação da atividade docente por servidor público, os professores dos diversos cursos ofertados pelas escolas técnicas do SUS (ETSUS) são contratados conforme as demandas, por meio de chamadas públicas ou banco de currículos.

Há dois motivos que justificam tais encaminhamentos, como explica o coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde e da RET-SUS, Aldiney Doreto. O primeiro diz respeito à relação ensino-serviço, uns dos princípios das escolas da Rede. “É difícil fazer articulação de ensino-serviço quando o docente é somente do ensino, como acontece com as universidades”, explicou. O segundo aspecto é o fato de as escolas terem formações diversas e mutáveis. “Não teria como ter um corpo de profissionais fixos para atender demandas tão variáveis e flexíveis”, acrescentou. Para cada curso, faz-se necessário um grupo específico de profissionais do serviço.

Oficinas de capacitação

Para garantir a qualidade do trabalho em sala de aula, as escolas lançam mão de oficinas de capacitação pedagógica, pautada na metodologia da problematização, com vistas a preparar o estudante para tomar consciência de seu mundo e atuar intencionalmente para transformá-lo. “Além da capacitação dos docentes, alguns estados já estão estudando formas de valorizar esse profissional da saúde que apoia a formação de outros profissionais, como adicional no salário, redução da carga horária, estímulo para fazer outros cursos, entre outras estratégias”, revela Doreto.

Exemplo nesse sentido é o Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde para os trabalhadores das ETSUS da Região Nordeste. A turma-piloto, iniciada em setembro de 2014, é fruto de um convênio entre o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Deges/Sgtes), e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), no Rio de Janeiro, envolvendo, ao todo, nove escolas. “O curso apoia fundamentalmente esse profissional que conhece o serviço e atua, também, no ensino. Mesmo que ele não venha a ser um professor das ETSUS, nosso mestrando certamente poderá contribuir para o fortalecimento do pilar da integração ensino-serviço”, avalia Doreto.

Não por acaso que o tema *Trabalho e saberes docentes na educação profissional em saúde* dá título à pesquisa de dissertação do aluno Josinaldo Carlos de Lima Bernardo. Coordenador-pedagógico da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE), ele explica que pretende investigar os saberes docentes na educação profissional da RET-SUS, de forma a compreender



Acervo ETSUS-SE

como se estrutura a prática dos professores e se, de alguma maneira, esses saberes influenciam ou estabelecem correspondências com a construção da profissão docente.

Por meio da pesquisa, Josinaldo pretende abordar temas como a estruturação do trabalho docente na educação profissional em saúde, os saberes que estruturam a prática dos docentes da educação profissional em saúde e a identidade profissional e constituição da profissionalidade para docência, tendo como sujeitos da pesquisa os próprios profissionais que atuam em cursos técnicos nas ETSUS. Ao fim do mestrado, a ser concluído em 2016, a RET-SUS poderá ter um diagnóstico de um tema que lhe é bastante caro.

■ Pela Rede

Na mesma direção, a Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul (ETSUS-RS) conta com a colaboração dos servidores da Secretaria Estadual de Saúde para completar seu quadro de docentes, em cursos com carga horária pequena, além de recorrer à seleção pública para suprir demandas de maior duração. “Para a escola, é sempre importante contar com a expertise e conhecimento daqueles profissionais da Rede de Saúde, visto que eles vivenciam cotidianamente a realidade dos serviços”, observa Naia Cloé Aenhe Corrêa, coordenadora-geral da ETSUS-RS.

A seleção pública de docentes é feita por meio de edital público, aberto a todos os profissionais das áreas Saúde e Educação, conforme o curso que a escola irá executar. De acordo com o estatuto do servidor do estado, esses profissionais não podem ter vínculo com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Os candidatos podem ser servidores municipais ou federais, ou mesmo do serviço privado, desde que as aulas sejam ministradas fora de seus horários de trabalho. A seleção é organizada em duas etapas, incluindo análise curricular e prova didático-pedagógica. Neste caso, o candidato deverá discorrer sobre um tema previamente sorteado e entregar um planejamento de aula.

A capacitação pedagógica é realizada a cada curso. Aos novos professores são apresentadas, logo na primeira etapa da formação docente, as características da ETSUS, especificidades e objetivos. O foco, em seguida, é o curso em si e as questões pedagógicas que permeiam a formação na qual aqueles professores irão atuar. Nesta segunda etapa da capacitação dos docentes, são abordados a matriz curricular, a metodologia e os processos avaliativos. Atualmente, a ETSUS-RS conta com duas pedagogas, uma administradora, uma enfermeira, uma psicóloga, uma cirurgiã-dentista, uma assistente social e uma bióloga em seu quadro fixo, além dos servidores da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, a qual a instituição está vinculada.

■ Do serviço para a escola

Na Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, os docentes que atuam nos cursos são sempre profissionais da área da Saúde ou Educação, contratados conforme a demanda, por meio de análise curricular e entrevista. Não há corpo fixo de professores. “Acreditamos que se tivéssemos um quadro fixo de docentes, haveria profissionais mais engajados e comprometidos com o ideário da escola”, ressalva Alessandra Silva, assistente de gerência da escola.

Para garantir maior integração entre esses profissionais, no início de cada curso, a escola realiza uma capacitação pedagógica, na qual trata da metodologia de ensino, da plataforma virtual e de diversas questões que envolvem a docência. “Por meio de reuniões pedagógicas, avaliamos o trabalho realizado no início e durante o processo de ensino e aprendizagem”, explica.

Com características semelhantes, a Escola Técnica do SUS Dr^a Maria Nazareth Ramos de Neiva (ETSUS-MA), sem um corpo docente fixo, realiza contratações conforme os cursos que oferta. São todos trabalhadores horistas que recebem por meio de uma fundação. “As fundações, de modo geral, estão sendo pressionadas

pelo Ministério Público a se adequarem à legislação, que seria a contratação por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”, revela a diretora da ETSUS-MA, Dayana Dourado de Oliveira Costa.

A mudança, porém, requer um aditivo de recursos nos contratos que a escola não dispõe. Contudo, a ETSUS não abre mão da capacitação pedagógica, que costuma ter uma carga horária de 20 horas presenciais, realizada antes do início da formação. A esta iniciativa soma-se a parceria com o Telessaúde, que estuda a criação de uma plataforma de Educação a Distância (EaD), incluindo fóruns, biblioteca virtual e chat, ou seja, elementos que poderão aproximar ainda mais os docentes, uma vez que o Maranhão tem uma extensa faixa territorial que dificulta o acompanhamento das turmas. “O ideal seria ter um corpo mínimo de docentes fixos na escola. Mas, na impossibilidade disso, vamos tentando capacitar ao máximo nossos profissionais”, pondera.

Seleção por chamada pública

No Centro-Oeste, a Escola de Saúde Pública de Mato Grosso (ESP-MT), vinculada à Secretaria Estadual



Capacitação é para as escolas meio de garantir a qualidade do trabalho docente

Acevo EMS/SP

de Saúde do estado (SES/MT) e subordinada à Secretaria Adjunta de Gestão Estratégica da SES/MT, realiza a seleção dos profissionais de ensino por meio de chamada pública, edital ou processo seletivo específico para cada curso, em cumprimento à Lei Estadual nº 8.151, de 8/7/2004, que institui a atividade de magistério interno e externo no âmbito das escolas vinculadas às secretarias de governo do estado de Mato Grosso.

De acordo com a legislação, compõe o quadro de atividade de magistério interno os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo estadual, funções comissionadas e os empregados públicos dos órgãos da administração direta e indireta do estado. Já o quadro de docentes externos é composto por aqueles que, sem vínculo empregatício com órgãos da administração direta e indireta do estado, podem ser cadastrados ou convidados para prestação de serviços, e assumem eventualmente as funções docentes nos cursos.

Os docentes do quadro interno da SES/MT exercem as atividades de docência de acordo com algumas portarias internas que regulamentam o pagamento de hora aula e hora atividade aos seus servidores no desempenho eventual do magistério no âmbito da ESP. Porém, para a contratação de docentes externos, a SES/MT optou pela realização de editais de seleção externa, por meio dos quais os profissionais são selecionados por componente curricular, modular ou para orientação de trabalho de conclusão de curso. “Os docentes dos quadros interno e externo são remunerados pelo seu grau de formação e titulação acadêmica, sendo que os valores de hora aula dos cursos de pós-graduação são maiores do que os valores dos cursos de formação técnica de nível médio. Isso causa desmotivação em profissionais que poderiam se candidatar ao ensino de formação técnica”, diz Neuci Cunha dos Santos, diretora da ESP-MT.

Ela conta que os docentes selecionados do quadro interno da SES-MT são remunerados por hora-aula trabalhada fora do seu horário de expediente, enquanto os docentes externos recebem a hora-aula integral. “Isso também desestimula aqueles que se encontram no serviço a tentar o trabalho docente”, observa, citando, também, como desafios a demora na tramitação burocrática dos editais de seleção no âmbito da própria SES, e o tempo de vigência desses documentos. “Normalmente, nossos editais são válidos por um ano e prorrogáveis por mais um, sendo que os cursos de habilitação técnica tendem a prolongar-se para além de dois anos, considerando o período de execução orçamentária e financeira”, compara.

Diante das dificuldades que fazem parte não somente do contexto da ESP-MT, mas também das demais escolas vinculadas às secretarias de governo de Mato Grosso, foi criado um grupo de trabalho com

representações de todas as instituições de ensino, com vistas a discutir a legislação vigente no que diz respeito à atividade de magistério. Como integrante da RET-SUS, a ESP-MT defende a integração ensino-serviço como princípio, bem como os pressupostos da Política Nacional de Educação Permanente. Sendo assim, considera que todo servidor público da área da Saúde é potencialmente um docente. “Isto se confirma, pois seu serviço na atenção à saúde lhe dá competência para o ensino”, afirma Neuci.

A escola defende, ainda, outras formas de contratação docente, como cadastro e convite por notório saber, e o pagamento por gratificação. “Nas reuniões do grupo de trabalho, a ESP-MT vem sugerindo a reordenação da escala de pagamento, considerando apenas a formação e a titulação do docente e não o tipo de curso — se técnico ou de pós-graduação — que irá atuar”, revela.

■ Banco de currículos

A carreira docente na Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago (Esap-GO) segue parâmetros pré-estabelecidos que buscam aproveitar a formação de profissionais lotados na Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO). Na estrutura da SES-GO, foi criada a Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS (Sest-SUS), que mantém um banco de currículos em um sistema próprio, onde o profissional interessado em atuar como docente insere seus dados de forma online. Cabe à Sest-SUS repassar as informações sobre os candidatos à docência aos coordenadores dos cursos executados pela escola, em seus vários âmbitos de ensino. As buscas por professores e tutores são feitas respeitando a formação e as habilitações específicas de cada projeto. “Todos os docentes tutores alocados nos projetos da SEST-SUS recebem gratificação de incentivo por encargos de curso”, explica o secretário Escolar da SES-GO, Hildêth Pereira de Oliveira Sousa. A orientação serve tanto para os cursos técnicos quanto para os demais cursos da Esap, ao qual o Centro de Educação Profissional de Saúde está vinculado.

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe (ETSUS-SE) segue o perfil das demais escolas da Rede. Não tem um quadro fixo de docentes e a contratação desses profissionais é feita por meio de editais, com prazo máximo de dois anos de permanência por contrato. Nos editais, são solicitados os perfis necessários à prática docente e, por meio da avaliação curricular, o docente é selecionado e classificado para contratação. A capacitação pedagógica é realizada pela própria escola, seguindo as referências pedagógicas do núcleo pedagógico, da coordenação de curso e da assessoria pedagógica da Coordenação



Geral da escola. Os temas tratados referem-se às políticas estaduais, às metodologias utilizadas pela escola, ao projeto político-pedagógico, à construção dos planos de aula, à avaliação e aos conteúdos dos cursos que os docentes estão inseridos.

Respeito à legislação

Na Região Norte, a Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde Dr. Gismar Gomes (ETSUS-TO) realiza a contratação dos docentes por meio de processos seletivos que devem respeitar a Portaria nº 292, de 18 de março de 2014. A legislação regulamenta o pagamento de indenização por atividade de instrutoria referente ao desempenho da atividade nos programas de formação, capacitação e desenvolvimento profissional em serviço, geridos pelo Fundo Estadual de Saúde. A escola, que é ligada à Secretaria Estadual de Saúde, por meio da Superintendência de Formação e Regulação do Trabalho, organiza os processos seletivos em etapas, incluindo análise de currículos e realização de aulas ou entrevistas. A validade dos editais é de um a dois anos, podendo ser prorrogados pelo mesmo período.

Cada professor selecionado pode ministrar 120 horas/aula por semestre, uma vez que um dos critérios estabelecidos pela portaria é que o candidato precisa ser servidor público municipal, estadual ou federal. Antes de iniciar as atividades, os docentes da ETSUS-TO passam por uma capacitação didático-pedagógica para conhecimento da metodologia adotada pela escola,

aproximação com a coordenação dos cursos e desenvolvimento dos planos de aulas, visando à manutenção da qualidade dos processos educacionais ofertados.

■ Sem quadro fixo

Os docentes da Escola Municipal de Saúde de São Paulo (EMS-SP) são, preferencialmente, trabalhadores do SUS ou profissionais que comprovem experiência de trabalho no sistema público de saúde. Podem ser profissionais integrantes dos quadros do serviço na área com a qual o curso se relaciona — chamados a desempenhar essa função, após uma capacitação pedagógica ofertada pela própria escola — ou profissionais externos com experiência de trabalho na área correlata e em formação na área da Saúde, contratados para esse fim.

Não existe, portanto, um quadro fixo de docentes na EMS. A escola costuma organizar dois momentos formativos dos professores: a capacitação pedagógica e as capacitações técnico-pedagógicas. O primeiro qualifica os docentes quanto à metodologia problematizadora e o currículo integrado. A capacitação pedagógica, tem duração de 80 horas. Já a capacitação técnico-pedagógica tem o propósito de subsidiar os docentes quanto ao planejamento e ao desenvolvimento das unidades didático-pedagógicas. São realizadas no período que antecede o início de cada unidade/módulo do curso e seu conteúdo varia de acordo com o tema e os objetivos da respectiva unidade e/ou módulo. ■

Um passo importante relativo à valorização do profissional docente foi dado em Brasília (DF), com a aprovação do Decreto nº 33.871 de 2012, que prevê o pagamento de gratificação para os profissionais da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) que atuam como instrutores em cursos de formação, de desenvolvimento ou de treinamento na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) e na Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb), instituições mantidas pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), vinculada à SES-DF — a Etesb é uma das 40 escolas integrantes da RET-SUS. Paralelamente a isso, a ESCS apresentou um projeto de lei que cria a função de docente-pesquisador no âmbito da SES-DF. Esse profissional estaria dedicado às atividades de docência, pesquisa e coordenação pedagógica nos diversos cenários de ensino e pesquisa científica das duas escolas do DF.

A proposta, ganhadora do Prêmio InovaSUS 2013, organizado pelo Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde (Degerts) do Ministério da Saúde, e apresentada em oficinas de trabalho da Fepecs, entre setembro e dezembro de 2012, foi fruto de anos de discussão em busca de alternativas para viabilizar e valorizar a atividade docente no âmbito da SES-DF. “É preciso viabilizar a docência como vertente profissional. Por sua vez, a Fepecs necessita juridico-administrativamente criar seu quadro próprio. É este o arranjo em construção: compatibilizar as necessidades da saúde com as exigências da educação. É necessário construir um novo paradigma assistencial-docente nos serviços públicos de saúde”, explica Gislene Regina de Sousa Capitani, da ESCS. Ela e a diretora da Etesb, Ena de Araújo Galvão, produziram com vários outros trabalhadores um documento-síntese desta ideia.

Recurso pedagógico

A instituição propõe que parte do quadro docente, cujas atividades curriculares exijam competências não supridas por servidores da SES, seja contratada por concurso público. A outra parte, cujas atividades curriculares exijam competência profissional e vivência nos serviços, deverá continuar sendo recrutada entre os servidores da SES. O docente-pesquisador, comprometido com a realidade sanitária da população, terá na sua prática profissional o melhor recurso pedagógico e de investigação. “Institucionalizar a função docente-pesquisador será elemento de valorização dos profissionais, atingindo também os preceptores. A proposta incentivará o desenvolvimento pessoal e profissional, contribuirá para a qualificação dos serviços e estimulará a educação permanente no seu sentido estrito: reflexão-ação do processo de trabalho, durante o processo de trabalho, pela equipe de trabalho. Ou seja, o profissional da assistência não

se fará inerte ao desenvolvimento técnico, científico e acadêmico, consumido pelo cotidiano dos serviços”, escrevem os autores do documento.

O projeto de lei altera as carreiras da SES. Isso significa dizer que a assistência será função estruturante e a docência, função vinculada. No segundo caso, haverá uma gratificação segundo as necessidades e possibilidades da instituição e a sua avaliação de desempenho. “As discussões apontam para a criação de uma mesma gratificação para as diferentes categorias profissionais, tanto para o ensino superior quanto para o técnico, proporcional ao grau de titulação e à carga horária dedicada à docência e à pesquisa”, explicam os proponentes.

O ingresso dos servidores de nível superior da SES do Distrito Federal iniciaria pela assistência, permitindo que a função docente-pesquisador possa ser assumida mediante perfil de competência, seleção, interesse institucional e pessoal, avaliação de desempenho, entre outros critérios. Ou seja, o projeto de reestruturação das carreiras da SES prevê tanto um desenvolvimento vertical, incluindo tempo de serviço e avaliação de desempenho, quanto horizontal, incluindo os cargos da assistência e do ensino. “Isso significa que a tabela salarial valorizará tempo de serviço, dedicação exclusiva, desempenho profissional, seja na assistência, na docência ou na gestão, formação acadêmica e educação permanente”, escrevem. O debate em torno da incorporação da função docente-pesquisador inclui, também, os preceptores.

Superação de barreiras

O primeiro desafio diz respeito ao aspecto jurídico-administrativo acerca do servidor que, em função docente-pesquisador, poderá estar em desvio de função. O segundo desafio refere-se à superação da resistência cultural à mudança. O terceiro é o debate político-institucional que alega redução da produtividade dos servidores ao usarem sua prática assistencial como instrumento da docência. “São necessários estudos que comprovem a hipótese da ESCS de aumento da produtividade pela contribuição dos estudantes”, revela Gisele. Por fim, o quarto desafio é a remuneração da docência. Segundo a idealizadora, a gratificação de atividade de ensino não é reajustada desde a criação da escola, em 2001. “Além disso, os valores precisam ser atualizados e estendidos aos docentes da Etesb e aos preceptores”, defendem os autores do documento.

O reconhecimento da função docente-pesquisador na carreira da SES-DF é uma questão estruturante para a Fepecs. Na avaliação do grupo, isso implicará contribuir com a consolidação da rede como um sistema saúde-escola, aumentando a capacidade da SES na ordenação da formação dos recursos humanos do SUS.

Diversidade,
cidadania e
inovação, além
de um discurso
mercadológico,
deram o tom
ao debate.

Consensos e dissensos da Educação Profissional e Tecnológica

capa

Ana Paula Evangelista, Flávia Lima e Katia Machado

O 3º Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT), realizado de 26 a 29 de maio, em Pernambuco, sob o tema *Diversidade, Cidadania e Inovação*, se destacou pela sua grandiosidade — cerca de 21.500 participantes, 340 atividades autogestionadas, 2.572 pôsteres e 50 trabalhos de inovação tecnológica, além de oficinas, minicursos, atividades culturais e das feiras de gastronomia, de economia solidária e do livro —, mas, também, por um discurso mercadológico que vincula a educação ao empreendedorismo. “Educação, inovação e empreendedorismo caminham juntos”, ressaltou o secretário de Educação de Pernambuco, Frederico Amâncio, na abertura do evento, realizada na noite do dia 27. Ainda na abertura, foram observados vários protestos contra os cortes no orçamento da Educação. “É ou não é piada de salão, tem dinheiro para banqueiro, mas não tem para a educação”, gritavam estudantes e professores, levantando, também, faixas com pleitos por melhores salários, plano de cargo e carreira e condições dignas de trabalho. Espalhadas pela plateia, entidades do movimento estudantil, especialmente, se revelavam contrários à diminuição de mais de R\$ 9 bilhões do orçamento da área, anunciada dias antes do evento.

Maior alvo dos protestos, o ministro da educação, Renato Janine Ribeiro, presente ao lado de representantes de instituições de ensino organizadoras do encontro e autoridades de governo, iniciou sua fala contando a sua participação no Fórum Mundial da Educação (FME), realizado na Coreia do Sul, dias antes (de 19 a 22 de maio). Em alusão à Declaração de Incheon, documento final do FME que estabelece metas para a área até 2030, o ministro avaliou que o Brasil está muito bem no cenário internacional. “Entre as metas do encontro destaca-se a que recomenda que os países cheguem até 2030 a um percentual de 6% do PIB investidos na Educação. Meta que o Brasil já está perseguindo”, afirmou, ressaltando que o país já investe 6,6% e, de acordo com o Plano Nacional de Educação, deve chegar a 7% até 2020.

Lugar de relevo

Ribeiro frisou, ainda, que a educação profissional tem lugar de relevo no governo federal e segue ao encontro de ações que visam à redução da miséria, como o Bolsa Família e a política de valorização do salário mínimo. “O Brasil tinha 10% das pessoas abaixo da linha da miséria. Com o programa Bolsa Família, conseguimos reduzir essa população para cerca de 5% a 6%”, comemorou, ressaltando que não foi à toa que, na Coreia do Sul, o Brasil foi recebido com destaque. “O país foi apresentado como um modelo de inclusão social”, revelou.

Ele destacou a importância de se superar a divisão social entre uma educação voltada para o trabalho e outra direcionada ao lazer, defendendo que a opção entre o caminho do curso superior e a educação profissional, pela capacidade de incluir milhares de pessoas no mundo do trabalho, deve ser cada vez mais uma questão de vocação.

Além do ministro da Educação e do secretário Frederico Amâncio, estavam presentes na abertura Cláudia Sansil, primeira reitora eleita do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica (IFPE) e coordenadora-geral do FMEPT; Eliezer Pacheco, do Conselho Internacional do Fórum Mundial de Educação e secretário de Educação de Canoas (RS); Marcelo Feres, secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC); Belchior Rocha, do Conselho de Reitores dos Institutos Federais (Conif); Eduardo Davi Negrin, do Conselho Internacional do Fórum; e Maria José de Sena, reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE). Referindo-se à importância da inclusão pela educação, Cláudia lembrou o educador, pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire (1921-1997) e o geógrafo e ativista pernambucano, que dedicou sua vida ao combate à fome, Josué de Castro (1908-1973). “Esses dois grandes nomes são exemplos de que é através do ‘empoderamento’ dos cidadãos, que iremos emancipar. É com a expansão da Rede Federal de Ensino que faremos a inclusão”, orientou.

À luz do empreendedorismo

A Educação Profissional no contexto da agenda de desenvolvimento socioeconômico: os programas de formação profissional e o estímulo à inovação do Brasil deu

título à conferência que abriu o segundo dia de debate do fórum. Eduardo Negrin, da Universidade do Trabalho do Uruguai, Aléssio Trindade, secretário de Educação da Paraíba e ex-diretor da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), e Belchior Oliveira, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), deram relevância para o tema da inovação, um dos eixos do evento, traduzido como empreendedorismo.

Negrin apresentou o cenário da educação no Uruguai, onde 95% da população têm educação primária completa, mas os mesmos números não se repetem em relação à educação média e à média técnico-profissional. Para ele, uma solução para aumentar esses índices seria investir nas capacitações e formações curtas, com 360 horas de duração, equivalente aos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em expansão no Brasil.

Ele destacou alguns projetos do Uruguai voltados para a valorização dos trabalhadores que não têm recursos para qualificação profissional e que envolvem a participação de sindicatos, empresas e instituições educativas, como o Programa Trabalho e Estudo, para funcionários de empresas públicas, e o projeto Rumo, para maiores de 21 anos que realizaram algum curso com certificação. A iniciativa reserva incentivos ao Ensino Médio Profissional, estimulando os jovens a seguirem para a Educação

A EPT tem destaque no governo, afirmou o ministro da Educação.





Flickr FMEPT 2015

Superior Tecnológica. Na mesma direção, o Programa Trajetos busca atender aos jovens e adultos que adquiriram durante o trabalho experiência profissional em uma área muito específica. A partir disso, ele é inserido no circuito de formação formal, continuada e completa.

Negrin citou, por fim, os estímulos à educação com foco na inovação. “O empreendedorismo não é algo tão comum no Uruguai, em comparação ao Brasil”, observou. De acordo com ele, o governo conta, especialmente, com o Programa Jovens Empreendedores, voltado para estudantes do último ciclo da educação média. Esses alunos apresentam, no fim do curso, projetos produtivos, sociais e econômicos, concorrendo a um prêmio para que a iniciativa possa virar realidade. “Não é um costume do cidadão uruguaio ser empreendedor e se virar por sua conta. Os jovens que tiveram sua primeira experiência de trabalho baseada no estímulo para a inovação terão um horizonte ilimitado, incluindo a chance de patentear suas invenções”, defendeu.

Inovação para as escolas

“Inovação é o processo de aliar nosso conhecimento à realidade da nossa vida”, definiu Trindade. O atual secretário de Educação da Paraíba e ex-diretor da Setec/MEC falou sobre a pesquisa e a extensão na educação profissional, defendendo a prática de pesquisas aplicadas para além dos ambientes de nível superiores e o in-

centivo para as escolas técnicas e as escolas de ensino médio. “Quando restringimos as pesquisas aos lugares mais privilegiados da educação superior, que não está presente na capilaridade do nosso país, fazemos com que as escolas de ensino médio tornem-se instituições de treinamento para vestibular”, observou, chamando atenção para a necessidade de incorporação de tecnologias e desenvolvimento para os jovens de todas as regiões, fazendo com que a pesquisa acadêmica não implique apenas um protótipo. “A tecnologia com um sentido é o que chamamos de inovação”, acrescentou.

Segundo ele, no que tange à Educação, o país está ainda aquém quando o assunto é inovação, observando que muitas vezes as políticas brasileiras não incluem a discussão sobre a ausência de departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas pequenas e microempresas, ficando restrito somente a grandes empresas. “A mesma desigualdade se repete nas regiões brasileiras”, avaliou, apontando a necessidade de uma política que seja capilarizada para diferentes instituições. “Quem forma as pessoas que estão, majoritariamente, dentro desse arranjo são as escolas de ensino médio, as escolas técnicas federais ou estaduais. Precisamos articular a dinâmica da inovação com essas instituições”, orientou. Ele usou como exemplo o Canadá, onde os chamados *colleges*, instituições similares aos Institutos Federais (IFs), fecham parcerias com microempresas para a realização de pesquisas aplicadas locais. Ele acredita que as

instituições de educação tecnológicas têm uma importante contribuição nesse sentido.

Trindade destacou o processo realizado na Paraíba de inovação com a participação popular, tendo o Facebook como ferramenta primordial. A página Participe do Prêmio Solução Nota 10 busca a ligação entre sociedade e inovação. “Lançamos a seguinte pergunta: como reduzir a evasão escolar na Paraíba? E mais de quatro mil participantes passaram dois anos trocando ideias”, contou. Das respostas, três receberam o prêmio Google Educação, em São Paulo, e os vencedores foram conhecer as instalações da empresa. Ele citou, ainda, outras iniciativas do estado, como o Programa Circuito das Profissões, as Olimpíadas de Robótica e Matemática Aplicada, a educação profissional no ensino médio e as políticas para a gravidez na adolescência.

■ Incentivo à pesquisa

Segundo Belchior Oliveira, se algumas barreiras para a inovação foram derrubadas, permitindo sua evolução, isso se deveu à expansão da Rede Federal de Ensino e dos IFs. Atualmente, a Rede tem 562 unidades, com mais de 1,1 milhão de alunos. O presidente do Conif frisou que a inovação é o que gera patente e defendeu que a pesquisa não se dá, exclusivamente,

na graduação, mas também no ensino médio. “O Brasil não tinha muitas tecnologias na área rural, mas, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foram iniciadas novas possibilidades, como o surgimento da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), que lançou duas chamadas públicas para os IFs criarem polos para o desenvolvimento de projetos de parceria com o setor industrial durante um período de seis anos”, elogiou. Segundo Oliveira, o primeiro edital teve um teto de R\$ 20 milhões — e foram captados R\$ 3 milhões dos empresários. A segunda chamada, de R\$ 40 milhões, aconteceu em 2014. “Cinco polos de inovação já foram criados, mas queremos que estejam em todas as instituições”, disse.

Entre as pioneiras em pesados investimentos em pesquisa, ele destacou a Petrobrás, como empresa nacional responsável pelo salto de qualidade e quantidade na produção por meio de pesquisas. A Embraer foi outro exemplo citado de exportação de tecnologia aplicada. Apesar dos incentivos das empresas nacionais, observou, é frágil, ainda, o investimento em pesquisa nas multinacionais que se instalam no Brasil. “Empresas estrangeiras precisam se comprometer em investir na transferência de tecnologia. Ao instalar-se no país, poderia ter um percentual obrigatório de transferência de tecnologia”, recomendou.

A expansão dos IFs foi destaque da abertura do Fórum.



Expansão para atender o mercado

Diferentes concepções em torno da expansão da Educação Profissional e tecnológica (EPT) no país, que tem como mola propulsora o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), apareceram no debate *O Pronatec e o alinhamento das demandas e ofertas de educação profissional e tecnológica*, organizado, no dia 28, pela Setec/MEC. Por um lado, o cenário da EPT, incluindo a expansão da rede federal, o crescimento das matrículas do ensino técnico e a defesa pelos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para atender a demanda de mão de obra qualificada. Por outro, preocupações trazidas pela plateia em torno do aligeiramento e da flexibilização das formações. Participaram da mesa Paulo Vinicius Zancheti Maciel, assessor do secretário da Setec, Sofia Daher, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social que, desde 2002, mantém contrato de gestão com o governo federal, e Paula Montagner, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social (SAG/MDS).

Maciel destacou, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2011), que 7.625.457 indivíduos entre 18 e 24 anos concluíram o ensino médio e não estavam estudando. “Esse número coincide com a primeira meta do Pronatec, que é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de EPT de nível médio presencial e a distância, alcançando a marca de oito milhões de matrículas. O que podemos fazer? Como aproveitar esses indivíduos para o mercado de trabalho, a produtividade?”, questionou, confirmando uma tendência de vincular a EPT às demandas do mercado de trabalho.

São iniciativas do Pronatec: a expansão da rede federal, com a criação e consolidação das unidades dos IFs; a bolsa formação, com financiamento de matrículas em cursos técnicos e de FIC, em unidades de ensino existentes, seja na rede pública ou privada; o Brasil Profissionalizado, com a criação e a consolidação de unidades de escolas técnicas estaduais; a Rede e-Tec, com oferta de cursos na modalidade a distância; e o acordo de gratuidade, com oferta de vagas gratuitas no Sistema S, com recursos recebidos da contribuição compulsória. De acordo com Maciel, as unidades de IFs saltaram de 354 unidades, entre 2003 e 2010, para 562, entre 2011 e 2014. Referindo-se ao Brasil Profissionalizado, ele lembrou que houve equipagem de laboratórios e construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais, destacando 310 obras concluídas e 232 ampliações e reformas em 245 municípios, 188 obras em execução, sendo cem construções e 88 ampliações, e reformas em 25 unidades federativas participantes. Além disso, os 27 estados brasileiros já contam com 985 polos de apoio presencial relativos a Rede e-Tec.

Quanto à Bolsa Formação, Maciel esclareceu que envolve três frentes: o MEC, como articulador e gestor; a rede demandante, composta por seis ministérios e secretarias estaduais — embora também atuem como ofertante de cursos técnicos e de FIC; e a rede ofertante, composta pelas redes Federal e Estadual e o Sistema S. A iniciativa resume-se em ação de custeio voltada para a oferta de cursos técnicos e cursos de FIC. Segundo o assessor do MEC, em 2014, foram homologadas 1,4 milhão de vagas e executadas um milhão de ofertas da Bolsa Formação. A meta é promover maior interação e sinergia entre os demandantes, para que se possa atender à demanda identificada de 550 mil vagas e à demanda potencial de 150 mil. “Esta é a única iniciativa que atua sob o aspecto da pactuação. Com ela, espera-se que a pessoa consiga uma vaga no mercado de trabalho ou abra seu próprio negócio, ampliando a inserção sócio-produtiva”, explicou.

■ Mapa da EPT

Coube a Sofia Daher apresentar o Mapa da EPT do Brasil. O projeto, encomendado pelo MEC ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para subsidiar o planejamento da oferta de cursos, tem como objetivo analisar a demanda presente e futura de mão de obra de nível técnico e a oferta de cursos para formação desses quadros, tendo em vista apoiar o planejamento estratégico da evolução do Pronatec. Segundo ela, a ideia é desenvolver uma plataforma tecnológica para dar suporte à integração sistemática das informações necessárias, de maneira a subsidiar a operação do mapa como ferramenta de planejamento das ações do programa do MEC.

O mapa, ainda em construção, considerou 55 setores da economia, além de variáveis como demografia, políticas sociais, cenário externo, eficiência energética e grandes investimentos, com um nível de detalhamento que diferencia neste último a fase das obras. Três eixos — dinâmica econômica (setores), mercado de trabalho (ocupações) e EPT (cursos) — compõem a proposta. No primeiro eixo, a ideia é analisar a visão prospectiva da dinâmica regional a partir de modelos econométricos espaciais. No segundo, a evolução da organização do mercado de trabalho com análise do perfil. No terceiro, os cursos.

O modelo econométrico espacial, de acordo com Sofia, pretende promover uma visão prospectiva e uma visão retrospectiva. A visão prospectiva diz respeito à construção de uma tendência do comportamento das variáveis do produto e do

emprego nos próximos anos, de 2015 a 2030, medidas nos 55 setores, nas 27 unidades federativas, e distribuídas em 118 sub-regiões do território nacional. A visão retrospectiva diz respeito à análise do emprego e das ocupações no Brasil nos anos recentes (de 2008 a 2012), para identificação de setores, espaços territoriais e ocupações que sofreram as maiores mudanças. A ideia é, por exemplo, identificar o cenário de crescimento do PIB por períodos e setores.

Uma primeira mostra foi realizada na sub-região de Campinas (SP) — que engloba alguns municípios de Minas Gerais — e identifica um cruzamento de ofertas de cursos e demanda de ocupações técnicas. Foram observadas dez ocupações com mais volumes estimados de novos ocupados. Sofia revelou que, em 2013, havia 6.561 matrículas em cursos técnicos da área da Ciência da Saúde Humana. “A estimativa é que se tenham, em 2015, 4.973 trabalhadores ocupados que sejam egressos desses cursos e, em 2030, a previsão é chegar a 17.693. A diferença entre a oferta de cursos e a demanda, em 2015, é de 1.588 e, em 2030, será de menos 188”, exemplificou, revelando que a etapa dois do mapa propõe aperfeiçoamentos para que possa aprofundar a visão da estrutura atual e potencial da oferta da EPT, aperfeiçoar as bases de estimação das dinâmicas econômicas regionais e conceber e desenvolver ferramenta de planejamento junto ao sistema de gestão do Pronatec. Para tanto, o convênio entre MEC e CGEE deve ser aditivado em um ano.

■ Oferta FIC

A representante do MDS — uma das 16 pastas do governo federal que integram a rede de demandantes das vagas de custeio do Bolsa Formação —, Paula Montagner, apresentou a experiência de oferta dos cursos técnicos e de FIC, cuja carga horária mínima é de 160 horas, para os beneficiários dos programas Bolsa Família e Brasil Sem Miséria.

Com base em uma pesquisa feita pelo MDS, lançada em junho, que se preocupou em comparar o desempenho dos beneficiários dos programas com aquele das pessoas inscritas no Pronatec, ela informou que as taxas de conclusão das pessoas com bolsa formação foi de 79% e as taxas de abandono, aprovação e reprovação foram, respectivamente, de 21%, 87,1% e 12,9%. No mesmo padrão, ficaram as taxas daqueles que tinham Bolsa Família. Neste caso, as taxas de conclusão, abandono, aprovação e reprovação foram de 80,3%, 19,7%, 87,7% e 12,3%.

Mais que um fórum de reflexão, um lugar de divulgação das inovações.



A comparação considerou o acumulado de 2011 a junho de 2014, quando foram identificadas 28 milhões de matrículas realizadas por 2,5 milhões de pessoas. Desse total, respectivamente, 63% e 62% foram do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) – instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país, afim de incluí-las nos programas sociais do governo federal. “Isso foi uma alegria, pois todo o esforço feito para dar acessibilidade ao programa foi proveitoso”, avaliou, citando, também, como resultado importante o espraiamento do programa. Segundo ela, em dezembro de 2011, eram apenas 254 municípios contemplados pelo Bolsa Formação, saltando para 4.025, em junho de 2014. “Saltamos de 4,6% para 72,3%. Isso foi resultado da descentralização e da mobilização das instituições envolvidas”, avaliou.

Ela informou que a procura pelos cursos na modalidade FIC não foi apenas de quem não tem nível médio, reforçando o discurso que vincula educação ao mercado. O levantamento evidenciou que 83% das pessoas tinham formação com escolaridade superior ao fundamental completo, uma vez que estavam buscando qualificação referente ao lugar de ocupação. “Isso, porém, não significa que 160 horas são suficientes. Por isso, já estamos negociando com o MEC os itinerários formativos, para que a pessoa possa, ao fim dos itinerários, ter o título de técnico”, anunciou.

O objetivo do MDS com o Pronatec, segundo Paula, é contribuir para que os beneficiários do Bolsa Família e do Brasil Sem Miséria, marcados pela inserção informal no mercado de trabalho, possam ingressar em empregos com carteira assinada ou formalizem seu microempreendimento individual ou familiar. “Pelo menos 75% trabalham e, destes, mais de 80% estão inseridos no mercado informal”, disse, com base na pesquisa do ministério.

■ Itinerários em xeque

No debate que se sucedeu às palestras, Manoel Porto, pró-reitor de Extensão e Cultura do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), mostrou preocupação em relação aos itinerários formativos. “Tenho medo de que os itinerários voltem como na década de 1990, com o Planfor [Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador], trabalhando no sentido de precarizar e dar uma educação de qualidade inferior”, destacou. Da plateia, vieram muitas falas que questionaram a preponderância que os cursos na modalidade FIC adquiriram na política de educação profissional do MEC a partir do Pronatec.

Perguntas sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adulto (Projea) no Pronatec e sobre o recuo do MEC em financiar cursos de FIC com flexibilidade de carga horária foram dirigidas a Maciel, que esclareceu que o MEC planeja separar o montante de recursos destinados ao programa, assim como a estimativa de número de matrículas por iniciativa do Pronatec. Quanto ao Projea, ele reconheceu que o programa não recebeu o destaque adequado, afirmando que isso deve mudar. Além disso, o representante da Setec anunciou que o MEC, mediante a recente definição do orçamento, bateu o martelo sobre a flexibilidade dos cursos de FIC, que deve ficar em 25%. Segundo ele, o Ministério considera esta modalidade “benéfica” e os itinerários formativos “facilitadores”. “É muito complicado para uma pessoa afastada da escola há muito tempo voltar regularmente para a instituição. O itinerário é um facilitador, tanto no aproveitamento de conhecimentos entre diversos cursos quanto no caminho que leva da FIC ao [curso] técnico”, esclareceu, destacando que, embora os itinerários existam na teoria, não são adotados pelas instituições ofertantes na prática. “Daí a prioridade da Setec em mudar o quadro”, frisou.

Formação docente para uma área com especificidades

Diferentes perspectivas marcaram, também, o debate *Os desafios para a formação docente na Educação Profissional e Tecnológica, incluindo a mediação tecnológica*, realizado no dia 27. Por um lado, uma preocupação de que os institutos federais não reproduzam, simplesmente, o ambiente institucional da educação superior. Por outro, a necessidade de uma formação docente para a EPT. Participaram do encontro o secretário municipal de Educação de Canoas (RS) e ex-secretário da Setec/MEC, Eliezer Pacheco, as professoras

Olgamir Francisco de Carvalho, da Universidade de Brasília (UNB), e Araci Hack Catapan, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Pacheco buscou traçar a diferença entre a função da universidade e dos IFs quanto à função docente. Em sua avaliação, os institutos têm como proposta a expansão da EPT por meio da pesquisa, do ensino e da extensão. No entanto, apesar de inovador, o projeto surge com um problema: “Os professores são oriundos das universidades e trazem uma proposta diferente dos institutos”.

Segundo ele, os IFs foram criados pelo governo federal para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas na esteira de um projeto de desenvolvimento centrado na inclusão social. Portanto, não podem, simplesmente, ser uma reprodução das faculdades “É uma proposta revolucionária e seu objetivo principal é conhecer as necessidades do nosso povo”, destacou. Pacheco observou que a pior coisa que pode acontecer com um IF é tornar-se réplica das instituições de ensino superior. “Em geral, as faculdades são instituições de ensino, pesquisa e extensão desvinculadas das políticas públicas”, comparou, destacando, também, que não há desonra em um doutor ser professor do Pronatec, da EJA ou de qualquer outro nível de ensino. “Essa resistência ideológica pequeno-burguesa tem que ser combatida. Os bons cursos que fizemos foram nas universidades públicas, portanto nós temos o compromisso de retornar esse investimento”, orientou.

Para Olgamir, a prática docente tradicional se rompe no universo da EPT. “É preciso levar em consideração uma pedagogia de especialidades que adote modelos de equilíbrio entre teoria e prática”, observou. Segundo ela, o desafio é compreender a epistemologia da EPT e suas consequências para a prática docente. Em sua opinião, para grande parte dos professores do campo, há necessidade de formação específica, ou seja, de complementação pedagógica.

A professora da UNB explicou que a perspectiva epistemológica implica identidades da profissão e singularidades dos modos de conhecer das diferentes

disciplinas, indo além da história da educação profissional vinculada à classe trabalhadora ou das diferentes concepções e disputas, como a de que a educação profissional se destina a inserir gente no mercado de trabalho. A pesquisadora parte de um modelo teórico que compreende como polos de profissões e/ou especialidades técnicas a tradição, a tecnociência e o trabalho com pessoas. Segundo ela, as profissões e especialidades técnicas mais tradicionais, como aquelas ligadas à produção artesanal e à arte, teriam em comum uma identidade resultante de um empirismo longo e compartilhado. Já os cursos da tecnociência teriam em comum a objetividade, a impessoalidade e o rigor metodológico. Situados em polos opostos estariam as profissões que envolvem o trabalho com pessoas, como os cursos da área da Saúde, que têm como valores o cuidado, o convívio e a atenção.

No debate que se seguiu às apresentações, o representante da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e relator do parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente na educação profissional, Francisco Cordão, lembrou que há impasse sobre necessidade de formação específica para a docência. “Desde 2008, o texto do parecer vai e volta. Já apresentei mais de uma dezena de versões”, revelou. Ele ressaltou que o principal entrave para a aprovação das diretrizes é a falta de consenso. “A academia não consegue ser convencida de que a educação profissional tem uma especificidade que requer uma formação docente específica”, disse.



Plateia atenta à necessidade de formação específica para a docência.

Em defesa de uma formação integral

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), integrante da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), organizadora de três debates, fez fortes críticas a um modelo de educação profissional pautado no mercado, destacando a formação politécnica e o conceito de omnilateralidade — referente a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação e pelas relações burguesas estranhadas, como define o Dicionário da Educação Profissional em Saúde, editado pela escola.

No dia 27, sob o título *Estratégias curriculares para a formação integral de trabalhadores técnicos de nível médio*, mediado pela vice-diretora de Ensino e Informação da EPSJV, Paulea Zaquini, o debate focalizou o papel da escola frente à coordenação de programas de educação básica e profissional e à elaboração de propostas de uma formação integral e crítica. “A formação dos trabalhadores da saúde precisa ser pensada no contexto complexo e contraditório da economia global e das políticas não liberais, com resultados que afetem a vida cotidiana no trabalho e na qualificação profissional”, ressaltou Paulea.

Iniciação politécnica

Coordenadora de Iniciação à Educação Politécnica (IEP), a professora Valéria Carvalho, do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform), abordou a questão do trabalho e as concepções da escola, concretizando a proposta de educação politécnica. “A IEP é um componente curricular que se localiza no momento da educação profissional dos estudantes, como escola de formação integral”, explicou. Segundo ela, a integração se dá desde o início da formação, quando os alunos já começam a exercitar a pesquisa. “Eles discutem um tema ligado à área da saúde e, ao longo de um ano, realizam o processo de iniciação científica”, revelou, explicando que tal prática encontra justificativa na necessidade de fortalecer a relação entre teoria e prática e ensino e serviço, pensando a transformação social, a apropriação e a produção de conhecimento.

Na mesma direção, Marcello Coutinho falou sobre o curso técnico em Gerência e Saúde da escola, do qual é coordenador. “Em geral, a ideia de gestão está ligada ao mundo empresarial, de gestão de negócios. Na escola, porém, propomos

uma formação contra-hegemônica. Isto é, queremos que o aluno tenha a possibilidade de refletir sobre o mundo em que vive e o trabalho em que ele está inserido”, revelou.

Ele explicou que o curso está organizado em quatro eixos temáticos: administração e planejamento em saúde; produção e disseminação de informação em saúde; gestão em saúde e cidadania; e práxis de gestão em saúde. Este último, segundo Coutinho, articula os conhecimentos teóricos e práticos, a partir da identificação e análise de sistemas e serviços de saúde, além de incluir a orientação de projetos de intervenção no campo da gestão em saúde. “O eixo está pautado em três componentes: a gestão de sistemas e serviços locais de atenção à saúde; a gestão de sistemas e serviços regionalizados de atenção à saúde; e o trabalho integrado ao estágio curricular”, citou. Em sua avaliação, o fato de a escola estar localizada em Manguinhos, zona Norte do Rio, em um território com muitas vulnerabilidades, faz com que a proposta seja a mais real possível. “O ponto alto são as visitas técnicas e entrevistas com usuários, profissionais e gestores das unidades de saúde da região, como a UPA de Manguinhos, a Clínica da Família Victor Valla e o Centro de Saúde-Escola Germano Sinval Faria. Essas visitas fazem com que o aluno conheça as dificuldades da localidade e provoca debates críticos sobre o funcionamento do SUS”, contou.

Outra experiência da EPSJV que tem como proposição a educação integral e o trabalho como princípio educativo é o curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde. Segundo a coordenadora da formação, Mariana Nogueira, são questões que desafiam a equipe: problematizar e dar novo significado ao trabalho de mediação dos agentes; fortalecer o eixo Educação Popular em Saúde, que dá centralidade ao trabalho dos ACS; contribuir para a constituição de uma identidade profissional que fortaleça o valor social da profissão e a sua inserção na equipe de saúde; vivenciar a realidade da formação no Brasil — são poucas as experiências de formação técnica; e avaliar a Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e a reestruturação produtiva, que implica disputas em relação ao trabalho do agente. Fazem parte desse contexto, também, os debates sobre vínculos empregatícios heterogêneos e o avanço dos novos modelos de gestão em saúde, a exemplo das organizações sociais (OSs). Outro desafio destacado por Mariana foi a divisão

Maram Mané, de Guiné-Bissau, apresenta a perspectiva da formação docente em países de língua portuguesa.



Ana Paula Evangelista / RET-SUS

social e técnica do trabalho em saúde. “O agente comunitário de saúde é um trabalhador que atua, exclusivamente, no âmbito do SUS. A ideia é fazer com que esse trabalhador técnico em saúde possa refletir sobre o seu trabalho, criticar e produzir sobre seu trabalho”, disse.

Ela citou dados do Ministério da Saúde que revelam que há 264.795 agentes comunitários de saúde, distribuídos em 5.431 municípios, responsáveis por mais de 128 milhões de pessoas. “Ele é um trabalhador inserido em uma política, a Estratégia de Saúde da Família (ESF), implantada, prioritariamente, em territórios onde se materializam condições resultantes das desigualdades sociais, produzidas historicamente em um país capitalista dependente. O ACS atua e vive nas favelas e periferias do Brasil. Essa é a sua realidade. Portanto, ele deve ser formado para ser mobilizador e questionador de suas próprias práticas e do seu território”, resumiu.

■ Princípio educativo

O debate *Educação Profissional: em torno do trabalho como princípio educativo*, realizado no dia 28, sob a coordenação do diretor da EPSJV, Paulo César Ribeiro, contou com a participação do professor do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Dalton Luiz Menezes, integrante do Grupo de Trabalho Capital, Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), e da vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da escola, Marcela Pronko. “A EPSJV sempre tentou trabalhar a educação profissional sob um ponto de vista que contemplasse os interesses da classe trabalhadora para a construção de uma consciência crítica, além de uma formação profissional. Esse é o principal contraponto diante das linhas hegemônicas de formação profissional no Brasil”, frisou Ribeiro.

Menezes tratou dos aspectos que norteiam a formação do ser humano. Segundo ele, para explicar essas questões é necessário entender a educação sob uma perspectiva ligada ao capital. “O lócus que se estabelece no mercado capitalista controla a minha vida? É o capital que determina a educação, não o contrário”, questionou. O professor utilizou como base a obra do intelectual e revolucionário alemão Karl Marx (1818-1883), *O capital*, para mostrar a dupla função da educação. A primeira como de valor de uso necessário para produzir a mercadoria força de trabalho e a segunda como uma forma de compreensão às diferentes exigências do capital e, também, como elemento na formação do trabalhador que compete entre os mesmos. Por fim, afirmou que ainda há uma esperança, mas essa precisaria ser totalmente refeita. “Talvez nós possamos, na luta contra essa ordem social, promover valores de fraternidade e solidariedade”, garantiu.

Além de Marx, Marcela Pronko informou que os princípios da EPSJV buscaram referência no filósofo e cientista político (1891-1937) Antonio Gramsci. Próximo de seus 30 anos, porém, a escola enfrenta muitas dificuldades em trabalhar sob as perspectivas críticas do capitalismo. “O que fazer? Como superar? Podemos contribuir para formar pessoas capazes de construir perspectivas de superação”, indagou Marcela, em defesa da escola pública, que para ela é um local privilegiado para construção desse pensamento. Ela lembrou que a escola nasceu no contexto de reabertura democrática do país, com uma nova lei de diretrizes na educação, buscando trazer à tona os contextos da politécnica. “Foi definido que a diretriz fosse a expansão da criatividade do homem como um todo. Tem sido muito difícil, no mundo capitalista, manter a reflexão sobre a nossa prática e permitir a correção de novos rumos. Mesmo assim, nós fazemos questão do ensino médio integrado, do trabalho como princípio educativo e da educação emancipadora para a produção da vida”, citou

Ela criticou as políticas de educação profissional em uma agenda compartilhada pelos interesses do empresariado, principalmente com os incentivos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). “O Brasil é, hoje, um grande mercado de formação de nível superior, mas também profissional. A presença maciça das instituições do Sistema S nesse fórum, por exemplo, é testemunho da importância que o empresariado dá para a educação profissional”,

observou. Ela lembrou que 80% das vagas do Pronatec são para cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), a maior parte para aqueles com a menor carga horária permitida (160 horas). “Somente o Sistema S pleiteou 70% das vagas criadas pelo programa e, dos R\$ 6 bilhões em recursos distribuídos pelo programa até agora, R\$ 5,5 bilhões foram para a iniciativa privada”, revelou.

■ Novo sentido à inovação

A formação docente na Educação Profissional em Saúde: desafios e possibilidades, por fim, deu título ao debate promovido no dia 29, sob a coordenação da ex-coordenadora da Cooperação Internacional da EPSJV, Anakeila Stauffer. A mesa destacou três experiências de especialização voltadas para a formação de docentes na educação profissional que envolveram a escola — uma voltada a trabalhadores dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), outra para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e um projeto da EPSJV que foi pensado como alternativa à licenciatura para os professores dos cursos técnicos.

A diretora da Escola Nacional de Saúde de Guiné-Bissau, única instituição do país a formar técnicos em saúde, Maram Mané, falou sobre o curso de Especialização em Educação Profissional em Saúde para professores e dirigentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palops), realizado de fevereiro a dezembro de 2011, formando 27 profissionais, por meio da Secretaria Executiva da Rede Internacional de Técnicos em Saúde (RETS), cuja sede é a Escola Politécnica. Segundo Maram, que foi aluna do curso, o projeto foi construído coletivamente por profissionais da Pós-Graduação e da Cooperação Internacional da EPSJV durante mais de um ano de trabalho. “Foi um curso inovador, que trouxe elementos que permitiram enxergar nossa realidade e argumentarmos criticamente”, elogiou.

Ela destacou, ainda, as dimensões intercultural e multiprofissional do curso. “Foi um espaço de reflexão e construção coletiva dos instrumentos pedagógicos, articulando os conteúdos trabalhados nas disciplinas e as discussões ocorridas nas oficinas e contribuindo para a estruturação e a consolidação das instituições públicas de formação de técnicos em saúde nos países de língua portuguesa”, concluiu.

Anakeila falou sobre o curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, criado a partir de uma demanda do MST. Com 654 horas, a formação foi dividida entre tempo escola e tempo comunidade, uma vez que os alunos são militantes, dirigentes e responsáveis pela educação e formação do Movimento e, ao voltar para seus assentamentos, espalhados no país inteiro, precisavam tocar suas tarefas em paralelo aos estudos. Segundo a pesquisadora, dos 50 inscritos na primeira turma, 42 se formaram. A segunda turma, também com 50 estudantes, está na fase de apresentação dos trabalhos de conclusão. A proposta faz parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e contou com a contribuição de professores das universidades Federal Fluminense (UFF), do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em aulas e debates. “O objetivo é associar

a experiência desses professores com a formação de jovens docentes”, explicou.

Coordenador do curso de Especialização em Docência na Educação e Trabalho na Saúde da EPSJV, André Feitosa recuperou o contexto histórico da formação de professores para cursos técnicos. “No Brasil, o que vigora na educação profissional no geral é aquilo que origina a relação mestre/aprendiz, ou seja, o docente domina determinados conhecimentos técnicos, que ‘transmite’ para seu aprendiz”, criticou. Segundo ele, a formação docente é uma questão que deve ser encarada continuamente. “Ainda hoje, no Brasil, existem poucos cursos de licenciatura na área da saúde”, acrescentou, contando que o curso da EPSJV, com 800 horas, ofereceu sua primeira turma em 2013. Dos 20 alunos que ingressaram na formação, apenas metade concluiu o curso. Os motivos da evasão, segundo o pesquisador, estavam ligados às demandas de atuação profissional dos alunos. ■



Vice-diretora da EPSJV, Paulea destaca o papel da escola na formação de técnicos comprometidos com o SUS.

Mãe de quatro filhos, egressa da ETSUS Acre não tem dúvidas da escolha profissional que fez há quatro anos.

De manicure a técnica em análises clínicas

trajetórias

Flávia Lima

Marisa da Silva Andrade, 36 anos, trabalhou durante muitos anos como manicure. Entre esmaltes, lixas e cutículas, essa não era a profissão almejada. Em 2011, ao tomar conhecimento do curso Técnico em Análises Clínicas, oferecido pela Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS-AC), ela decidiu dar um novo rumo à sua vida. “Estava acontecendo um projeto da comunidade, então fiquei sabendo do curso e fiz a inscrição”, revelou. A formação, iniciada em agosto de 2011 e concluída em dezembro de 2012, com duração de um ano e quatro meses (1.560 horas), rendeu a Marisa a inserção imediata no mercado de trabalho. O primeiro emprego na área técnica foi no laboratório da Santa Casa de Misericórdia do Rio Branco, onde trabalhou durante seis meses, realizando coleta laboratorial. Em seguida, ela foi trabalhar em um laboratório particular de Análises Clínicas, na cidade do Rio Branco (AC), onde atua hoje.

Ela não teve dúvida na escolha. “Quando vi a relação de cursos, me identifiquei logo de início. Durante a formação, tive certeza de que estava no caminho certo”, contou. Enquanto realizava o curso, Marisa participou de um projeto de doutorado da Universidade Federal do Acre (UFAC), no qual fazia coleta externa de material biológico dos moradores para fazer pesquisa sobre doenças crônicas. “Foi o meu primeiro trabalho como técnica. Ali, pude adquirir experiência, realizando a coleta laboratorial e externa”, recordou.

Foi a parte prática da formação que conquistou de vez a egressa da ETSUS Acre. “Quando cheguei ao meio do curso, nas aulas práticas, fui conhecendo melhor a profissão e me apaixonei”, frisou. A dedicação da aluna lhe rendeu bons frutos: ela foi indicada pela coordenadora da Área Técnica dos Cursos Técnicos em Análises Clínicas, Hemoterapia e Citopatologia da ETSUS-AC, Kelly Yarson, para trabalhar na Santa Casa de Misericórdia. “Acredito que meu esforço e dedicação fizeram com que ela acreditasse no meu potencial e me indicasse para a vaga”, afirmou. Para Marisa, o curso oferecido pela escola contribuiu não só para a prática profissional, mas também para seu crescimento e conhecimento na área.

Foco no ensino

A professora Kelly, que na época era mediadora da turma, contou que Marisa sempre manteve o foco em aprender. “Os laboratórios particulares sempre procuram a ETSUS em busca de profissionais. Indiquei a Marisa porque ela sempre foi uma aluna bastante interessada, sempre se destacou nas aulas práticas e laboratoriais, desempenhando um excelente papel”, enfatizou.

A técnica em Análises Clínicas destaca, ainda, a qualidade e a capacitação do corpo de docentes. “São profissionais excelentes, que realizam um trabalho diferenciado, cujo objetivo é preparar e capacitar o profissional e, por consequência, melhorar a qualidade de saúde da população. E hoje, graças ao curso, coloco em prática tudo que aprendi na minha formação”, salientou.

Marisa ressaltou que o conteúdo pedagógico oferecido pela escola sempre esteve focado na realidade do Sistema Único de Saúde (SUS). “Tanto a parte pedagógica quanto a estrutura laboratorial foram excelentes”, avaliou, revelando que foi o curso que

permitiu mudanças positivas em sua vida. “Mudou muita coisa, tanto na parte financeira quanto na pessoal. Passei a conhecer a rotina dos departamentos de Saúde e a reconhecer o valor do trabalho na área”, citou. Além de uma nova profissão, a formação significou para ela a oportunidade de promover a melhoria dos serviços de saúde. “A qualificação profissional é o caminho para a excelência dos serviços prestados para uma saúde melhor para todos”, declarou, afirmando-se defensora dos cursos técnicos, especialmente na área da Saúde.

A técnica revela que, durante a formação, recebeu o apoio de toda a família. “Meus filhos, minha mãe e minha irmã mais velha me ajudaram, tanto financeira quanto psicologicamente. Eles estavam sempre ao meu lado e não me deixaram desistir”, afirmou. Mãe de quatro filhos — três meninas e um rapaz —, a técnica tem o estudo como prioridade e já pensa em realizar outro curso. Ela planeja iniciar, em julho, a graduação em Administração de Empresas, tendo a profissão como uma segunda opção. “Eu gosto da área de Saúde, mas quero buscar outras oportunidades, já que também gosto da área administrativa”, justificou.

■ A formação

A turma do curso Técnico em Análises Clínicas da qual Marisa fez parte contou com um total de 26 alunos. “A formação encontrou justificativa na necessidade de qualificação de profissionais que atuavam nos laboratórios e demais unidades de saúde que ofertam serviços na área de análises clínicas, bem como de melhoria das condições de contratação desses profissionais que já atuavam sem serem contratados como técnicos. Além disso, significou uma nova oportunidade profissional para quem não estava na área, como foi o caso de Marisa”, explicou a então diretora da ETSUS Acre, Anna Lúcia Leandro Abreu, e ex-representante da Região Norte na Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS). Segundo ela, essa é uma área na qual a escola está bastante atuante.

De acordo com Anna Lúcia, a escola conta com dez turmas da formação em execução, totalizando 285 educandos. Até hoje, foram 270 educandos formados na área. O curso tem como finalidade a formação de profissionais aptos a auxiliar e a executar atividades padronizadas de laboratório — automatizadas ou técnicas clássicas —, necessárias ao diagnóstico, seja nas áreas de parasitologia, microbiologia médica, imunologia, hematologia, bioquímica, biologia molecular e urinálise. “O técnico em análises clínicas colabora, compondo equipes multidisciplinares, na investigação e implantação de novas tecnologias biomédicas relacionadas às análises clínicas”, explicou. Além disso, acrescentou Anna, ele é responsável por operar e zelar pelo bom funcionamento

do aparato tecnológico de laboratório de saúde. “Em sua atuação é requerida a supervisão profissional pertinente, bem como a observância à impossibilidade de divulgação direta de resultados”, esclareceu.

A formação concede ao profissional a habilitação para atuar em laboratórios e postos de coleta de estabelecimentos intra-hospitalares ou isolados da rede pública e privada de saúde, bem como a aptidão de coletar e manipular amostras biológicas (sangue, fezes, urina, escarro) e produtos químicos, executar exames laboratoriais, obedecendo às normas de biossegurança, e promover a educação para a prevenção e a promoção da saúde. ■



Acervo pessoal

ETSUS Pará realiza a formatura de técnicos em saúde bucal

A Escola Técnica do SUS do Pará Dr. Manuel Ayres (ETSUS-PA) realiza, em 25 de maio, a formatura de 43 alunos do curso Técnico em Saúde Bucal, do município de São Miguel do Guamá. A formação, iniciada em maio de 2013, foi estruturada em três módulos, incluindo as aulas teóricas e o estágio supervisionado, e utilizou-se da metodologia da problematização. Segundo a coordenadora pedagógica da escola, Rafaela Chiapetta, o objetivo foi promover a formação profissional de técnicos em saúde bucal, para que os trabalhadores possam atuar de forma consciente e participativa, como agentes de consolidação das políticas do Sistema Único de Saúde. “O técnico de saúde bucal é um profissional que participa de ações de promoção, recuperação e manutenção da saúde bucal, trabalhando em equipes específicas e multiprofissionais, visando à melhoria da qualidade de vida da população”, revela.

A formação teve 45 inscritos, oriundos dos municípios de Paragominas, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Aurora do Pará, Capitão Poço, São Miguel do Guamá, Dom Eliseu, Irituia, Ipixuna do Pará, Garrafão do Norte, Igarapé Açu.

ERRATA

Na edição 71 da Revista RET-SUS, na seção ‘Aconteceu’, publicamos a nota ‘EMS realiza curso de atendimento familiar’. Faltaram, porém, algumas informações, deixando algumas dúvidas sobre essa iniciativa. Por isso, republicamos a seguir a nota, com os devidos acertos.

EMS realiza curso de atendimento familiar em Saúde Mental

No dia 9 de março, nas escolas regionais de Saúde do município de São Paulo, foi iniciado o curso de Atendimento Familiar na área de Atenção à Saúde Mental da Infância e da Adolescência, como parte do Projeto Rede Sampa – Saúde Mental Paulistana. Trata-se de uma iniciativa voltada aos profissionais da Rede de Atenção Psicossocial, Atenção Básica e Rede Hospitalar da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo.

O curso, cujo conteúdo se deu a partir da identificação de demanda dos profissionais que atuam nas unidades de saúde das diversas regiões do município, tem carga horária de 60 horas, sendo 32 horas presenciais – 16 por meio do programa Telessaúde Redes de São Paulo e 12 horas para a elaboração das chamadas narrativas coletivas, por meio das quais são apresentadas as problemáticas das regiões e as soluções criativas das equipes no enfrentamento aos sofrimentos familiares. São 28 turmas programadas a serem concluídas até agosto de 2015.

ETSUS Sergipe em movimento



Arquivo ETSUS-SE

Corpo, som e movimento deu título à oficina realizada pela Escola Técnica do SUS em Sergipe (ETSUS-SE), em 8 de maio, para os trabalhadores da Fundação Estadual da Saúde (Funesa), a qual a escola está vinculada. O trabalho, conduzido pelo músico percussionista sergipano Tônico de Ogum, teve como objetivo proporcionar um momento de relaxamento e cuidado dos servidores, como revela o coordenador da ETSUS-SE, Alessandro Reis. Na oficina, o músico fez uso de técnicas de música, ritmos e expressões corporais.

Os trabalhadores avaliaram positivamente a oficina, esperando novas iniciativas como essa. De acordo com Tônico de Ogum, a proposta é colocar o trabalhador em contato consigo mesmo e com o outro, proporcionando, também, um novo olhar sobre o ambiente de trabalho. “Ele passa a observar o espaço não somente como de atuação trabalhista, mas, também, como um espaço que pode gerar cuidado”, explicou.

ETSUS-PA forma novos técnicos em Hemoterapia

A Escola Técnica do SUS do Pará Dr. Manuel Ayres (ETSUS-PA) realizou, em 24 de abril, a formatura da primeira turma do curso Técnico em Hemoterapia. O encerramento contou com uma mostra de trabalhos de conclusão de curso e uma solenidade de diplomação. Os 20 formandos, todos profissionais de nível médio com experiência nas áreas de Análises Clínicas, Biotecnológico e Patologia Clínica, que atuam na Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa), no Pronto Socorro Municipal Mário Pinotti e nos hospitais Ophir Loyola, João Barros Barreto, Gaspar Viana e Abelardo Santos, iniciaram o curso — cuja duração foi de 35 meses — em maio de 2012.

Realizada em parceria com a Hemopa e seguindo as orientações curriculares do Ministério da Saúde, a formação foi organizada em quatro módulos, dez áreas temáticas e 1.650 horas de aula. A metodologia de integração ensino-serviço aplicada abarcou os principais conteúdos da área, como cenário político, social, cultural e da educação em saúde na formação do técnico em hemoterapia e o processo de trabalho desse profissional.

ESP-MG sedia oficina sobre pesquisa em educação permanente em saúde

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) recebeu, nos dias 11 e 12 de maio, a oficina sobre a pesquisa A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: análise dos fatores condicionantes à sua implementação em diálogo com as experiências das Escolas de Saúde Pública, sob a condução da Secretaria Executiva da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública, da qual algumas instituições da RET-SUS fazem parte, a exemplo da escola mineira. A pesquisa tem o objetivo de conhecer as experiências de educação permanente das escolas de Saúde Pública no Brasil e analisar os fatores que condicionam a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no SUS.

Fizeram parte da oficina servidores da ESP-MG que estão à frente da Política de Educação Permanente em Saúde no estado e pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde está sediada a Secretaria Executiva da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública. Os participantes tiveram acesso aos resultados da revisão bibliográfica sobre algumas pesquisas e avaliações de experiência em educação permanente no Brasil, a partir de 2004, e trataram da atuação de cada profissional nesta iniciativa. “Sabemos que as escolas de Saúde Pública são lugares onde as experiências de educação permanente são amplamente difundidas e têm toda uma reflexão dentro delas próprias”, enfatizou Maria Lúcia de Macedo Cardoso, coordenadora da pesquisa. Ela considerou essa etapa do trabalho bastante importante, uma vez que permitiu escutar as escolas e identificar experiências em prática relativas à educação permanente em saúde. A previsão da equipe condutora da pesquisa é entregar um relatório, em 2016, em forma de artigo.



Arquivo ESP-MG

EPSJV com foco na educação popular em saúde

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) reuniu, entre os dias 4 e 6 de maio, no Centro de Acolhida Missionária Assunção (Cenam), situado em Santa Teresa, no alto de uma serra da cidade do Rio, representantes de movimentos sociais, profissionais de saúde e instituições da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), para a Oficina Nacional de Planejamento do Curso de Qualificação em Educação Popular em Saúde (EdPopSUS), em sua segunda etapa. A iniciativa, como observou Frederico Peres, vice-diretor de Ensino da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), instituição que coordenou a primeira etapa do curso — agora sob a coordenação da EPSJV, além da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (Sgep/MS) —, marca o início de um fim. “Este encontro serve para pensar o que foi essa experiência para as duas escolas da Fiocruz, EPSJV e Ensp, e a articulação com a Sgep, bem como para expressar o que esperamos para a segunda etapa do curso”, destacou. O diretor da EPSJV, Paulo Cesar Ribeiro, lembrou que o trabalho traz uma perspectiva crítica, que busca potencializar cada um dos trabalhadores envolvidos no que diz respeito à construção do SUS e da sociedade. “Por isso, consideramos importante a continuidade do projeto”, frisou. O mesmo observou Oswaldo Bonetti, do Departamento de Apoio à Gestão Participativa da Sgep. “A educação popular tem contribuições para o SUS, para transformar a prática”, avaliou.

A coordenadora da equipe de planejamento do EdPopSUS, Vera Joana Bornstein, da EPSJV, revelou que o curso será destinado não apenas aos agentes comunitários de saúde e agentes de vigilância em saúde, como na primeira etapa, mas também a lideranças de movimentos sociais. A proposta é de uma formação fundamentada no diálogo, na participação, na produção compartilhada e na amorosidade, com uma carga horária de 200 horas, das quais 160 horas aconteceriam em classe, incluindo trabalho de campo com acompanhamento de educadores e orientação das atividades extraclasse, e as 40 horas restantes seriam para as atividades extraclasse, incluindo coleta de informações de campo, leitura e pesquisas. Os encontros presenciais aconteceriam uma vez por semana e contariam com uma dupla de docentes por turma.

A previsão é que o curso dure, aproximadamente, cinco meses. Portanto, o processo pretende ser iniciado no segundo semestre de 2015, com a formação do corpo docente, a produção do material didático e as articulações estaduais, uma vez que a fase de planejamento deverá estar concluída no mês de agosto. Já o curso em si, na segunda quinzena de fevereiro de 2016, terminando no primeiro semestre de 2017.

A formação em Educação Popular em Saúde pretende alcançar oito mil trabalhadores de 13 estados brasileiros, a contar os nove da primeira etapa — Bahia, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco, Piau, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe —, além de Maranhão, Paraíba, Minas Gerais e Mato Grosso. A ideia é ocupar 70% das vagas com agentes comunitários de saúde e agentes de vigilância em saúde e 30% com outros profissionais e lideranças de movimentos sociais.

A equipe de coordenação defende a participação das ETSUS no planejamento e na execução da formação, bem como a certificação como curso de qualificação profissional. “Na escola do Acre, seria bastante difícil realizar encontros semanais, devido às distâncias de alguns municípios”, ponderou Anna Lucia Abreu, diretora da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre) e representante da Região Norte na RET-SUS. Ela lembrou um problema recorrente quando se trata da formação de agentes comunitários de saúde, que é a liberação do profissional por parte do gestor para realização de um curso.

Na avaliação de Bonetti, para que se consiga enfrentar esses problemas, é preciso que as ETSUS estejam presentes durante todo o processo, face a sua ampla experiência com a formação profissional para o SUS. “No primeiro momento da proposta, não chamamos as escolas em vista do conflito de agendas. Mas não poderíamos perder isso de vista agora, por isso convidamos algumas escolas, mesmo aquelas que estão em estados ainda não contemplados nesse momento, para que possam apresentar suas sugestões e dúvidas quanto ao que pensamos”, justificou. A ideia é fazer alguns ajustes ao que se foi pensado, entendendo as realidades e diversidades regionais.



Kailla Machado / RET-SUS

ETSUS Piauí em atividades de controle da dengue

Alunos do curso Técnico em Agente Comunitário em Saúde, promovido pelo Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (ETSUS Piauí), nos territórios Vale do Sambito e Serra da Capivara, promoveram, em abril, mutirão de controle e combate da dengue clássica e da febre chikungunya — também transmitida pelo *Aedes aegypti*, assim como a dengue. Com o apoio dos municípios de Novo Oriente e Barra do Alcântara e sob a orientação da enfermeira e instrutora Thais Braglia, eles realizaram visitas domiciliares, por meio das quais falaram sobre a importância da prevenção, entregaram folhetos, inspecionaram os quintais e distribuíram sacos de lixo, buscando eliminar possíveis focos do mosquito transmissor das doenças.



Acervo ETSUS Piauí

Efos inicia Especialização Técnica em Urgência e Emergência

Promovida pela Escola de Formação em Saúde (Efos), em 8 de abril, a aula inaugural do Curso de Especialização Técnica em Urgência e Emergência contou com a presença da gerente da escola, Andriara Sopelsa, que fez a abertura do evento, da coordenadora do curso, enfermeira e especialista em Urgência e Emergência Francine de Oliveira, e da socióloga e administradora Maria de Fátima de Souza Rovaris, da Diretoria de Educação Permanente em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, que falou sobre a importância da formação.

Com 34 alunos inscritos, o curso destina-se aos trabalhadores inseridos no setor de Urgência e Emergência das unidades hospitalares da Grande Florianópolis. A formação, com 400 horas de aula, acontece às quartas-feiras, na sede da escola, em São José (SC).



Acervo Efos

EPSJV e o futuro da educação profissional técnica em saúde



Acervo EPSJV

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) sediou, no dia 29 de abril, o terceiro ciclo de debates preparatórios para o Seminário Educação, Saúde e Sociedade do Futuro, que será promovido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) entre os dias 25 e 27 de agosto. O evento, organizado pela Vice-Presidência de Ensino da Fiocruz e pelo Grupo de Trabalho (GT) de Educação Profissional em Saúde da Fiocruz, do qual fazem parte a EPSJV, a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), a Casa de Oswaldo Cruz (COC) e o Instituto Fernandes Figueira (IFF) —, focalizou o tema da educação profissional técnica em saúde no Brasil, por meio de dois painéis temáticos, buscando identificar propostas para o evento de agosto. O primeiro, coordenado pelo diretor da EPSJV, Paulo Cesar Castro Ribeiro, abordou o tema Educação profissional e os desafios da formação dos técnicos em saúde nos dias atuais. O segundo tratou dos desafios e das perspectivas da formação dos técnicos em saúde na Fiocruz, sob a coordenação de Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes, vice-diretora de Ensino do IFF. (matéria completa em <http://www.retsus.fiocruz.br/noticias/o-futuro-da-educacao-profissional-tecnica-em-saude>)

ETSUS-MA realiza aulas inaugurais em municípios do estado

A Escola Técnica do SUS Dr^a Maria Nazareth Ramos de Neiva (ETSUS-MA) realizou, no mês de março, uma série de aulas inaugurais. Na capital, a escola deu início ao curso Técnico em Agente de Combate a Endemias e, no município de Zé Doca, a formação técnica em Vigilância em Saúde. Nos municípios de Presidente Dutra e no município de Imperatriz, foram realizadas aulas inaugurais do curso de Especialização Técnica em UTI Adulto.

Saúde dos idosos em foco na ETSUS de Rondônia

O Centro de Educação Técnico-Profissional na Área da Saúde (Cetas), com sede em Porto Velho (RO), preocupado com o crescente aumento da população idosa no Brasil e, especialmente, no estado, promove o curso de Cuidador de Idosos. Já foram formados, até o momento, cerca de 320 profissionais de saúde que atuam na atenção básica e na assistência dessa população. A ação atende, principalmente, aos compromissos assumidos no Pacto pela Vida, que prevê a saúde do idoso como prioridade. Com carga horária de 180 horas de aulas, o curso já alcançou servidores dos municípios de Porto Velho, Jaru, Theobroma, Chupinguaia, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Vilhena, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura, Colorado do Oeste, Cacoal, Ariquemes, Costa Marques e Guajará-Mirim.

Ação mais recente aconteceu em Guajará-Mirim, onde a escola realizou uma caminhada, sob o slogan *Somos idosos no físico, mas jovens no espírito*, e a solenidade de encerramento da formação, em 7 e 8 de abril, respectivamente. A caminhada, realizada em parceria com as secretarias municipais de Saúde, de Ação Social, de Esporte, Cultura e Turismo e de Meio Ambiente, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o Comando de Fronteira Rondônia e o 6º Batalhão de Infantaria e Selva, além da Escola Técnica de Enfermagem, a Diocese de Guajará-Mirim, a Rádio Educadora, profissionais liberais e vários comerciantes locais, contou com a participação de mais de 80 idosos, chamando atenção para o papel do idoso na sociedade e a importância de ações voltadas ao envelhecimento saudável. A ação foi organizada pelos 36 alunos da turma de Guajará-Mirim em conjunto com os instrutores e o tutor do curso. Eles distribuíram material educativo e promoveram atividades físicas, como alongamento, concurso de dança — com premiação —, corte de cabelo e manicure e cuidados à saúde, com aferição da pressão arterial e teste glicose, além da oferta de lanches.

Indígenas vivenciam uma verdadeira epidemia de mortes autoinfligidas

Segundo o último censo demográfico brasileiro (2010), os indígenas representam 0,4% da população do país. No entanto, respondem por 1% do total de suicídios no Brasil, duas vezes e meia a mais do que o esperado, se observado a proporção populacional. O índice é maior nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, onde a miséria e os conflitos de terras são preponderantes. Somente no estado do Amazonas, onde a população indígena representa 4,9% da população total, 20,9% dos suicídios ocorrem entre indígenas. Em Mato Grosso do Sul, eles são 2,9% da população, mas respondem por 19,9% dos suicídios. A taxa de suicídio entre os povos indígenas, que chega a ser até 20 vezes maior em alguns municípios comparada à média nacional — que é de 5,3 casos a cada cem mil habitantes, segundo o Mapa da Violência, divulgado pelo Ministério da Saúde em 2012 —, confirma uma verdadeira epidemia de mortes autoinfligidas e que atinge, especialmente, os jovens indígenas.

Na Região Norte, especialmente nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença e Tabatinga, no estado do Amazonas, os suicídios passaram de 390, em 2002, para 693, em 2012, o que representou aumento de 77,7%. Esses números são confirmados por uma pesquisa sobre o mesmo tema, realizada pelo Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Populações Indígenas e Vulneráveis (Leis) do Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD) — unidade da Fiocruz no Amazonas —, na qual o município de São Gabriel da Cachoeira (AM), cidade com a maior proporção de indígenas autodeclarados (80% da população), é o líder do ranking. Segundo o levantamento, de 2008 a 2012, foram registrados no município 68 suicídios indígenas (93% do total de casos). Coordenador do Leis, o psiquiatra Maximiliano Ponte de Souza revela que, em geral, os suicídios são cometidos por jovens que se matam por enforcamento sob estado de embriaguez, conflito com os pais, frustração ou problema amoroso.

Na Região Centro-Oeste, os maiores índices são do estado do Mato Grosso do Sul. Segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) da região, foram registrados 244 suicídios, entre 1986 e 1997, subindo para 650 mortes, de 2000 a 2013. As taxas anuais de suicídios no estado, ao longo desse período, variaram entre 75 e 90 casos por cem mil habitantes. De acordo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai/MS), 20% dos casos identificados nos últimos dez anos foram cometidos pelos Guarani-Kaiowa, segundo maior grupo indígena do país. Em 2013, informa a Sesai, foram registrados 73 casos de suicídio de indígenas em Mato Grosso do Sul — o maior índice em 28 anos —, contra 18 casos de não índios. Desse total, 72 casos eram do povo Guarani-Kaiowa.

AC - Acre

Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha
(68) 3227-2716 / 3226-7330 . escoladesaude.educacao@ac.gov.br . www.idep.ac.gov.br

AL - Alagoas

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora
(82) 3315-3403 . etsal@etsal.com.br . www.etsal.com.br

AM - Amazonas

Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra
(92) 3878-7620 . etsus_saavedra@yahoo.com.br . www.cetam.am.gov.br

AP - Amapá

Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza
(96) 3212-5175 . grazielareis2010@bol.com.br

BA - Bahia

Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis
(71) 3356-0138 / 0129 / 3357-2496 . sesab.efts@saude.ba.gov.br
www.saude.ba.gov.br/efts

CE - Ceará

Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia
(88) 3614-2633 / 5520 . escoladesaudedefamilia@sobral.ce.gov.br . ensinotp@gmail.com
www.sobral.ce.gov.br/site_novo/sec/esf . www.blogdaescolasobral.blogspot.com.br

Escola de Saúde Pública de Iguatu
(88) 3581-1708 . espiguatu@yahoo.com.br
www.iguatu.ce.gov.br/c/escola-de-saude-publica-de-iguatu

Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues
(85) 3101-1401 / 1403 . ascom@esp.ce.gov.br . www.esp.ce.gov.br

DF - Distrito Federal

Escola Técnica de Saúde de Brasília
(61) 3327-3914 . etesb.fepecs@gmail.com . www.etesb.fepecs.edu.br

ES - Espírito Santo

Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Profª Ângela Maria Campos da Silva
(27) 3132-5055 / 5194 / 3222-3591 . escolasaude@correio1.vitoria.es.gov.br
www.vitoria.es.gov.br/servidor/escola-de-saude

Núcleo de Educação e Formação em Saúde da SES/ES
Tel: (27) 3194-3072 / 3298 / 3325-3272 (fax) . nefs.dir@saude.es.gov.br
www.saude.es.gov.br

GO - Goiás

Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago
(62) 3201-3428 / 3425 . cepsaudees@gmail.com . www.saude.go.gov.br

MA - Maranhão

Escola Técnica do SUS Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva
(98) 3221-5547 / 9137-6220 / 3222-8347 . etsusma@saude.ma.gov.br

MG - Minas Gerais

Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
(31) 3295-5090 / 6772 / 5896 . diretoria@esp.mg.gov.br / diretoriaesp@gmail.com
www.esp.mg.gov.br

Centro de Educação Profissional e Tecnológica / Escola Técnica de Saúde - Unimontes
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592 . ets@unimontes.br . www.unimontes.br

MS - Mato Grosso do Sul

Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão
(67) 3345-8055 / 8056 . etsus@saude.ms.gov.br

MT - Mato Grosso

Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso
(65) 3613-2324 / 2323 (fax) . dgesp@ses.mt.gov.br . www.saude.mt.gov.br/escola

PA - Pará

Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres
(91) 3202-9300 . etsuspa@gmail.com . www.sespa.pa.gov.br/etsus

PB - Paraíba

Centro Formador de Recursos Humanos
(83) 3218-7763 / 7765 / 7501 . ceforsuspb@gmail.com . www.ceforpb.wordpress.com
www.facebook.com/ceforpb

PE - Pernambuco

Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco
(81) 3184-4093 . ses.esppe@gmail.com . www.saude.pe.gov.br

PI - Piauí

Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez
(86) 3216-6406 / 2668 . etsus.piceeps@gmail.com

PR - Paraná

Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha
(41) 3342-2293 . cenforpr@sesa.pr.gov.br . www.saude.pr.gov.br

RJ - Rio de Janeiro

Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos
(21) 2334-7274 / 7268 . etis@saude.rj.gov.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
(21) 3865-9797 . epsjv@fiocruz.br . www.epsjv.fiocruz.br

RN - Rio Grande do Norte

Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza
(84) 3232-7634 / 0823 . cefope@rn.gov.br . www.cefope.m.gov.br

RO - Rondônia

Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde de Rondônia
(69) 3216-7307 / 7304 (fax) . cetras.ro@gmail.com . www.cetas.ro.gov.br

RR - Roraima

Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima
(95) 3224-0092 / 3623-6891 . etsus_rr@hotmail.com . www.saude.rr.gov.br/etsus_rr

RS - Rio Grande do Sul

Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul
(51) 3901-1508 . etsus@saude.rs.gov.br

SC - Santa Catarina

Escola de Formação em Saúde
(48) 3246-4647 / 7038 / 3258-9397 . direcaoefos@saude.sc.gov.br
contatoefos@saude.sc.gov.br . www.efos.saude.sc.gov.br

Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau
(47) 3322-4271 . etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br

SE - Sergipe

Centro de Educação Permanente da Saúde
(79) 3259-8500 . saude.ceps@aracaju.se.gov.br

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe
(79) 3211-5005 . etsus@funesa.se.gov.br . www.ses.se.gov.br

SP - São Paulo

Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS-SP de Araraquara
(16) 3335-7545 . cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Osasco
(11) 3681-3994 / 3699-1916 (fax) . cefor-osasco@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis
(18) 3302-2226 / 2216 . drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde Franco da Rocha
(11) 4811-9392 . chj-cefor@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo
(11) 5080-7458 / 7459 / 7462 (fax) . ceforetsus-sp@saude.sp.gov.br

Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde
(13) 3856-2362 / 9716 . ceforh@consaude.org.br . ceforhrb@consaude.org.br
www.consaude.org.br

Escola Municipal de Saúde
(11) 3846-4569 / 1134 . emsnucleoescolar@prefeitura.sp.gov.br / ems@prefeitura.sp.gov.br
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/ems

TO - Tocantins

Diretoria da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
(63) 3218-6280 . gabinete@etsus.to.gov.br
www.etsus.to.gov.br . www.saude.to.gov.br

facebook®

A RET-SUS está no facebook. Curta a nossa página e tenha acesso às 40 escolas da Rede e aos conteúdos sobre educação, saúde e trabalho.

<https://www.facebook.com/retsussaude>



Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e acesse www.facebook.com/retsussaude

